



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 2503, DE 2021

Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para conceder garantias aos servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão.

AUTORIA: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

Essas garantias não são estendidas aos servidores públicos, uma vez que a categoria, como conta com estabilidade e não pode ser objeto de dispensa imotivada, não necessita delas.

O mesmo não ocorre, entretanto, com um grupo específico dos servidores públicos. Trata-se dos ocupantes, exclusivamente, de cargos em comissão.

Esses funcionários têm uma situação híbrida. De um lado, são servidores estatutários e têm, no caso da União, a sua relação com a Administração regida pela Lei nº 8.112, de 1990. São eles, entretanto, de forma diversa dos servidores efetivos, submetidos ao Regime Geral de Previdência Social e têm situação funcional absolutamente precária, podendo ser dispensados do seu cargo *ad nutum*, ou seja, com um gesto de cabeça, na tradução literal.

Impõe-se, então, dar a eles alguma garantia, em nome do princípio da isonomia, similares àquelas que gozam os trabalhadores da iniciativa privada.

Assim, prevê-se que o servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão, quando exonerado a juízo da autoridade competente, faça jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço. Essa indenização, em tudo similar ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, tem como parâmetro o que prevê a Constituição, no § 5º do art. 169, para os servidores públicos exonerados por excesso de quadros.

Não se pretende, aqui, dar o direito de permanência no cargo aos ocupantes de cargo em comissão, cujo provimento é, pela sua natureza, precário. Entretanto, isso não significa que devem ser negados a esses servidores os direitos fundamentais deferidos a todos os trabalhadores pela nossa Carta Cidadã.

Essa constatação é reforçada quando se recorda que se trata de direitos que essas pessoas detinham quando, até a edição da Lei nº 8.112, de 1990, os cargos em comissão na Administração Federal eram regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).



SF/21445.84792-74



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Izalci Lucas

Assim, temos a certeza de que esta proposição significará um passo na direção da ampliação da cidadania, ao mesmo tempo em se respeitam os princípios da Administração Pública.

Sala das Sessões,

Senador **IZALCI LUCAS**
PSDB/DF



SF/21445.84792-74

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); CLT - 5452/43
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452>
- Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União; RJU; Lei dos Servidores Públicos - 8112/90
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8112>
 - artigo 35
- Lei nº 9.527, de 10 de Dezembro de 1997 - LEI-9527-1997-12-10 - 9527/97
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9527>